

Acta numero um do Ano dois mil e vinte
Nos dezto dias do mês de Outubro do Ano
dois mil e vinte, realizou-se a Assembleia
Geral Ordinária da Casa do Povo de Ipanique
do Intendente nas instalações do Centro
de dia, com início previsto às quinze
horas e trinta minutos. Devido as condi-
cionantes relativas às normas das directivas
da Direcção Geral de Saúde, em resulta-
do da Pandemia de COVID-19, o número
de associados esteve limitado a dez pre-
senças, conforme convocatória.

Aberta a sessão pelo presidente da Assem-
bleia geral, Senhor Manuel Camilo, passou-se
à leitura da Acta anterior, a qual foi
aprovada por unanimidade. De seguida
o presidente da Assembleia passou a pala-
vra ao Presidente da Direcção Senhor
Pedro Maita para que se iniciasse o
ponto único da Ordem de trabalho:
Apresentação, discussão e votação das
contas gerência do ano dois mil e deza-
nove, e apresentação de forma resumi-
da do plano de Orçamento dois mil e vinte.
No início da apresentação foi feita uma
análise comparativa de dois mil e
dezassexis a dois mil e dezanove, para
verificação dos resultados na evolução
positiva da situação financeira desta
Casa do Povo, salientando que o passivo
de dois mil e dezassexis era de 44333.40 €
e em dois mil e dezanove caiu para

7179.38 euros. Foi feita uma comparação entre rendimentos obtidos e gastos, já que foi nesta rubrica que houve maiores aumentos. Em consequência destes aumentos a direcção foi questionada pelo associado Bruno Aboes. Ao mesmo foi dado o esclarecimento que com os nossos rendimentos mensais continuámos a saldar dívidas anteriores ao nosso mandato para com fornecedores, o que influenciava directamente as contas agora apresentadas. Foi referido que em concordância com as colaboradoras, foi suspenso o pagamento de subsídios de férias e de natal dos anos de dois mil e dezoito e dois mil e dezanove, nunca colocando em causa os salários e os seus encargos. Aliado a este esforço, as colaboradoras empenharam-se ao longo do ano dois mil e dezanove, ajudando a Casa do Povo a cumprir o Plano de Actividades previsto, no que a eventose angriações de fundos diz respeito. No decorrer da intervenção do associado Bruno Aboes fomos abordados sobre metas e estratégias que poderíamos ter a curto prazo. Foi explicado que como meta Orçamental para dois mil e vinte, a direcção em parceria com os membros do Conselho Fiscal, manifestou o intuito e a ambição de continuar a reduzir o passivo e valores em dívida. Para cumprir esta meta orçamental durante o ano dois mil e vinte, infelizmente e devido a elevada

carga salarial, informámos que perante esta realidade, existe a perspectiva iminente da necessidade de extinção de um posto de trabalho. Medida que consideramos fundamental à recuperação financeira desta Casa do Povo. Finalizada a apresentação das contas gerência de dois mil e dezanove e orçamento de dois mil e vinte, a direcção informou que já tinha em sua posse o parecer favorável do Conselho Fiscal. Passou-se à votação dos respectivos documentos, os quais foram aprovados com nove votos favoráveis e uma abstenção. Terminada a votação e apesar de haver um único ponto na ordem de trabalhos, o presidente da Assembleia Geral autorizou a discussão de outros assuntos e informações. Aberto este ponto extra, o sócio Bruno Alves usou da palavra para pedir satisfações aos órgãos sociais, relativamente ao subsídio anual atribuído pelo município de Azambuja a esta entidade em dezembro de dois mil e dezoito, montante de aproximadamente três mil e duzentos euros, correspondente às atividades desportivas, promovidas no Pavilhão Polidesportivo desta Casa do Povo. Foi-lhe explicado que a verba em questão foi canalizada na íntegra num acerto anual de despesas referidas ao dito equipamento. Houve uma troca de ideias entre associados e órgãos sociais acerca de possíveis medidas a tomar futuramente

para salvaguardar o adequado funcionamento da CASA do Povo, enquanto associação e seus equipamentos, (Centro de dia e Pavilhão Polidesportivo). Como Nota final os presentes foram informados que o Plano de Atividades para o ano dois mil e vinte, apesar de elaborado, não é submetido a votação, pelo facto de se encontrar suspenso devido à Pandemia Covid-19.

Não havendo mais assuntos a tratar, e salientando o desempenho positivo deste executivo, o presidente da mesa deu por encerrada a Assembleia Geral Ordinária pelas dezasete horas e vinte e três minutos, lavrando de seguida esta acta, a qual vai ser assinada pelo presidente da Assembleia Geral: Manuel Amílcar Figueiredo